

Inventário de Dados Pessoais – Ministério da Justiça e Segurança Pública

Nome do Serviço: SAPIENS - Assessoramento Jurídico em Atos Normativos

Nome do Operador: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

Setor completo: CJ/GM/MJSP

Em qual fase do ciclo de vida o Operador atua? Coleta (obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, sistema de informação etc.); Retenção (arquivamento ou armazenamento de dados pessoais independente do meio utilizado. Documento em papel, documento eletrônico, banco de dados, arquivo de aço etc.); Processamento (qualquer operação que envolva classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação ou controle da informação, extração e modificação de dados pessoais); Compartilhamento (qualquer operação que envolva transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão e compartilhamento de dados pessoais);

Etapas do tratamento: Coleta = via documento digitalizado no SEI ou no SAPIENS

Retenção = via arquivamento dos processos SEI e SAPIENS

Processamento = via lançamento do nome e informações funcionais (cargo, função, número SIAPE) em manifestações jurídicas e atos administrativos específicos

Compartilhamento = Remessa de dados pessoais em manifestações jurídicas para outros órgãos do Poder Executivo

Eliminação = não se aplica

Abrangência da área geográfica do tratamento: Nacional

Fonte de dados utilizada para obtenção dos dados pessoais: SEI, SAPIENS, SIDOF

Hipótese de Tratamento: Atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros.;

Finalidade: Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Previsão legal: Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Resultados pretendidos para o titular de dados: Individualizar adequadamente pessoas eventualmente indicadas em atos normativos.

Benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo:

Assegurar a eficiência da Administração Pública na gestão do assessoramento jurídico.

Informações de identificação pessoal: São tratados dados como: nome.

Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais: São tratados dados como: CPF.

Dados de identificação eletrônica: Não se aplica

Dados de localização eletrônica: Não se aplica

Dados de identificação financeira: Não se aplica

Recursos financeiros: Não se aplica

Dívidas e despesas: Não se aplica

Situação financeira (Solvência): Não se aplica

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito: Não se aplica

Assistência financeira: Não se aplica

Detalhes da apólice de seguro: Não se aplica

Detalhes do plano de pensão: Não se aplica

Transações financeiras: Não se aplica

Compensação: Não se aplica

Atividades profissionais: Não se aplica

Acordos e ajustes: Não se aplica

Autorizações ou consentimentos: Não se aplica

Detalhes pessoais: Não se aplica

Detalhes militares: Não se aplica

Situação de Imigração: Não se aplica

Descrição Física: Não se aplica

Dados de identificação financeira 2: Não se aplica

Recursos financeiros 2: Não se aplica

Dívidas e despesas 2: Não se aplica

Situação financeira (Solvência) 2: Não se aplica

Empréstimos, hipotecas, linhas de crédito 2: Não se aplica
Assistência financeira 2: Não se aplica
Detalhes da apólice de seguro 2: Não se aplica
Detalhes do plano de pensão 2: Não se aplica
Transações financeiras 2: Não se aplica
Compensação: Não se aplica
Atividades profissionais 2: Não se aplica
Acordos e ajustes 2: Não se aplica
Detalhes pessoais 2: Não se aplica
Detalhes militares 2: Não se aplica
Situação de Imigração 2: Não se aplica
Descrição Física 2: Não se aplica
Hábitos: Não se aplica
Estilo de vida: Não se aplica
Viagens e deslocamentos: Não se aplica
Contatos sociais: Não se aplica
Posses: Não se aplica
Denúncias, incidentes ou acidentes: Não se aplica
Distinções: Não se aplica
Uso de mídia: Não se aplica
Descrição Psicológica: Não se aplica
Casamento ou forma atual de coabitação: Não se aplica
Histórico conjugal: Não se aplica
Familiares ou membros da família: Não se aplica
Atividades e interesses de lazer: Não se aplica
Associações (exceto profissionais, políticas, em sindicatos ou qualquer outra associação que se enquadre em dados pessoais sensíveis): Não se aplica
Suspeitas: Não se aplica
Condenações e sentenças: Não se aplica
Ações judiciais: Não se aplica
Penalidades Administrativas: Não se aplica
Dados de bens e serviços: Não se aplica
Residência: Não se aplica
Dados acadêmicos/escolares: Não se aplica
Registros financeiros do curso/treinamento: Não se aplica
Qualificação e experiência profissional: Não se aplica
Emprego atual: Não se aplica
Recrutamento: Não se aplica
Rescisão de trabalho: Não se aplica
Carreira: Não se aplica
Absentismo e disciplina: Não se aplica
Avaliação de Desempenho: Não se aplica
Vídeo e imagem: Não se aplica
Imagem de Vigilância: Não se aplica
Voz: Não se aplica
Ocorrência Policial: Não se aplica
Desaparecimento: Não se aplica
Dados que revelam origem racial ou ética: Não se aplica
Dados que revelam convicção religiosa: Não se aplica
Dados que revelam opinião política: Não se aplica
Dados que revelam filiação a sindicato: Não se aplica
Dados que revelam filiação a organização de caráter religioso: Não se aplica
Dados que revelam filiação ou crença filosófica: Não se aplica
Dados que revelam filiação ou preferências política: Não se aplica
Dados referentes à saúde ou à vida sexual: Não se aplica
Dados genéticos: Não se aplica
Dados biométricos: Não se aplica
Frequência de tratamento dos dados pessoais: 5
Quantidade de dados pessoais tratados: 0
Quantidade de dados pessoais sensíveis tratadas: Não

Trata dados de crianças e adolescentes? Não

Trata dados de outro grupo vulnerável? Ministério da Justiça

Qual órgão ou entidade foi compartilhado? Nome, CPF

Qual dados pessoais foram compartilhados? Identificação precisa dos interessados em processo administrativo

Qual a finalidade do compartilhamento? Legitimidade e Especificação de Propósito; Registro de Eventos, Rastreabilidade e Salvaguarda de Logs; Responsabilização; Segurança Web; Uso, Retenção e Limitação de Divulgação;

Inserir medidas de segurança: Não se aplica

Qual órgão ou entidade foi compartilhado: Não se aplica

Qual País: Não se aplica

Dados pessoais transferidos: Não se aplica